



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão
Ano 2020

Índice

Nota Introdutória	4
Nota Prévia	4
Enquadramento	4
Principais resultados	5
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos.....	5
Introdução.....	5
Trabalhadores por cargo/carreira	6
Trabalhadores por Género	6
Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego.....	6
Trabalhadores por Estrutura das Idades	7
Trabalhadores por estrutura habilitacional.....	8
Motivos de ausência por cargo / carreira	8
Horas de Formação por cargo / carreira	9
Conclusões	9
Capítulo II – Reporting financeiro	9
1. Análise orçamental	10
1.1 Receita.....	12
1.1.1 Receita própria.....	14
1.1.2 Transferências obtidas	16
1.2 Despesa	17
1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital	18
1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital.....	20
1.2.3 Despesa com aquisição de serviços.....	21
1.3 Resultado orçamental.....	22
1.4. Principais indicadores orçamentais	23
2. Análise económica-financeira.....	25
2.1. Balanço	25
2.2. Demonstração de resultados.....	28
2.3. Indicadores económico-financeiros.....	31
2.4. Equilíbrio orçamental	31
2.5. Endividamento Municipal.....	31
2.6. Dívida Global.....	32
2.6.1 Prazo médio de pagamentos	33
3.Contabilidade de Gestão.....	34
3.1. Análise de custos por funções.....	34

3.2 COVID-19 - Despesas vs receita não arrecadada.....	35
4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso.....	36
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	37
Capítulo III – Reporting de atividades.....	37
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica	37
1.2 Das Funções Sociais.....	39
1.3 Das Funções Económicas.....	43
1.4 Das Outras Funções.....	44
2. Grandes Opções do Plano	44
3. Principais Medidas Tomadas no âmbito do COVID-19.....	46

Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2020, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Enquadramento

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, tendo sido obrigatório a sua implementação no ano de 2020.

Perante a emergência internacional de saúde pública, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à pandemia provocada pela Covid-19, e em resposta aos impactos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas diversas medidas excecionais e

temporárias para promover a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia.

O impacto da pandemia na atividade municipal tem-se feito sentir em várias dimensões, nomeadamente no exercício de competências, na estrutura das despesas e receitas e na adaptação operacional dos serviços.

Neste panorama, os desafios que se colocaram em 2020 tiveram um impacto muito relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

O Município de Sardoal assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

O presente relatório divide-se em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento do 2020, bem como a situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Principais resultados

O Município do Sardoal em 2020, destacam-se seguinte os resultados:

- Resultado Líquido Exercício negativo - **€ -727 561,22;**
- Aumento da Dívida Total - **€ 341 689,34;**
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **€ 0,00**
- Prazo médio de Pagamentos – **97 dias;**

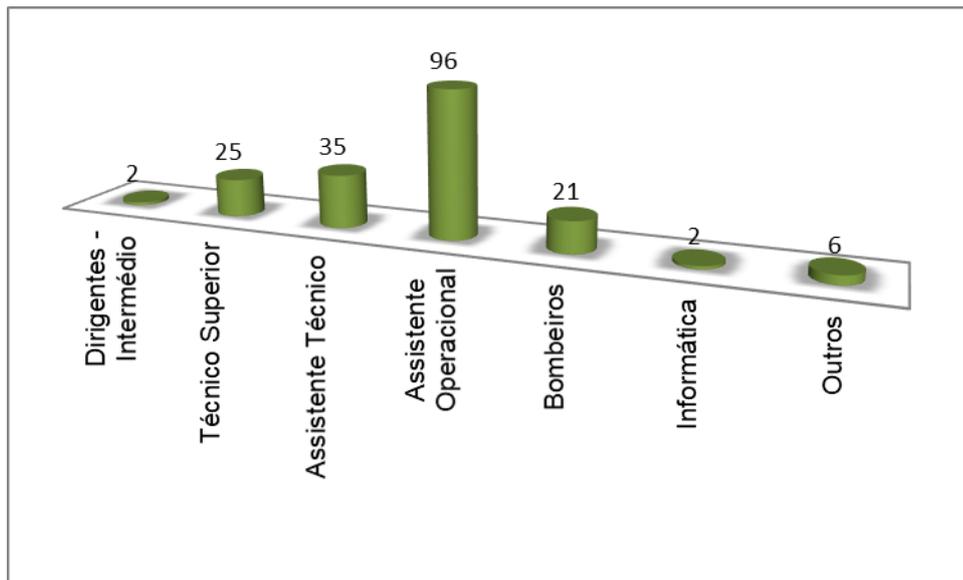
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

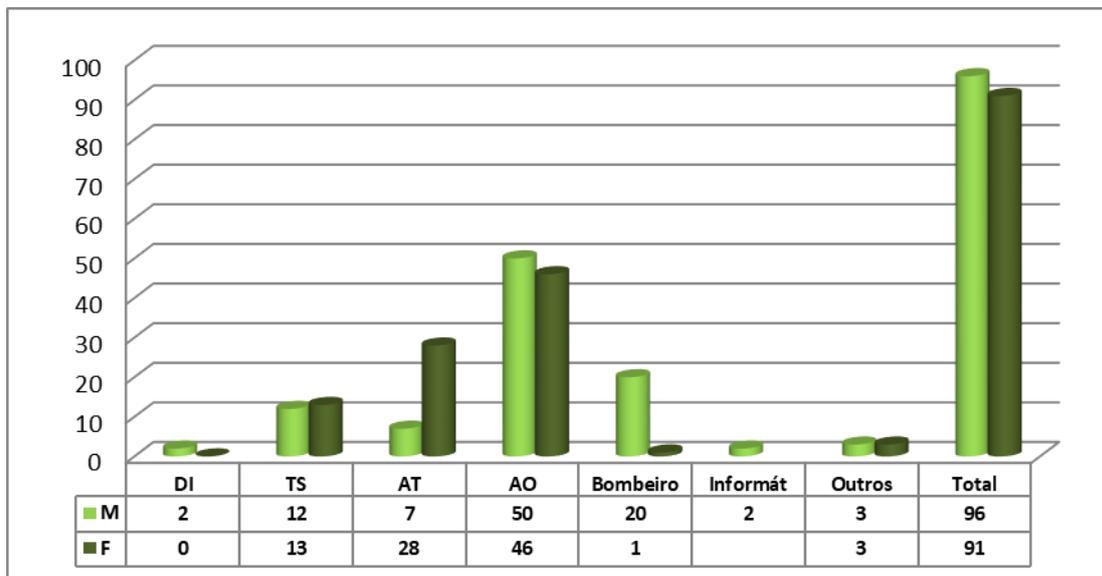
No atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

Trabalhadores por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

Trabalhadores por Género

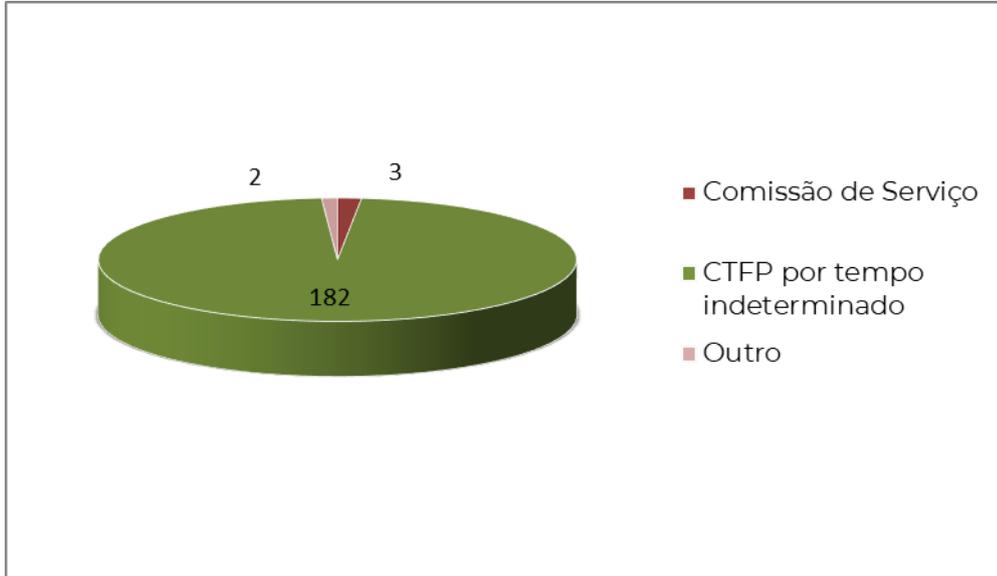


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

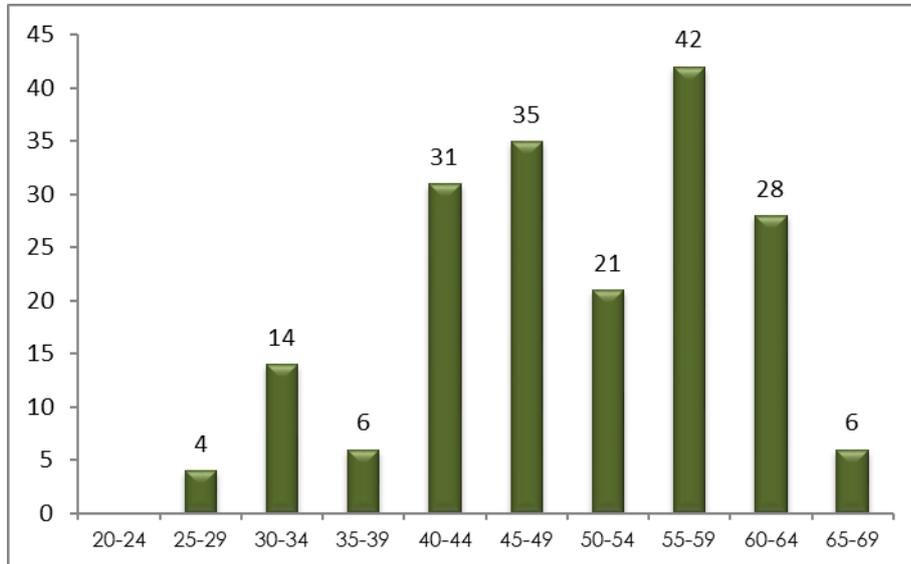
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		25	35	96	20	2	4	182
Outro							2	2
Totais	2	25	35	96	21	2	6	187



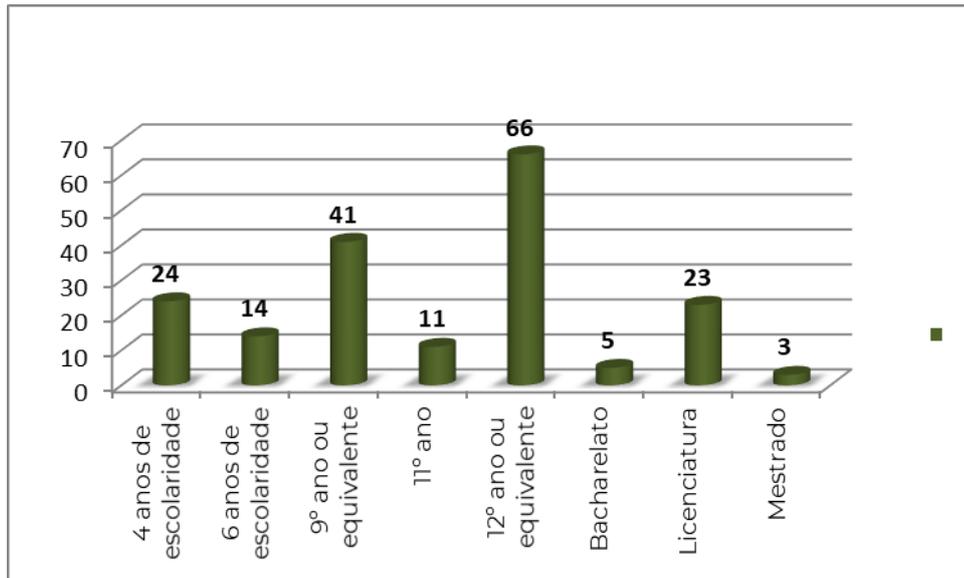
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

Trabalhadores por estrutura habilitacional

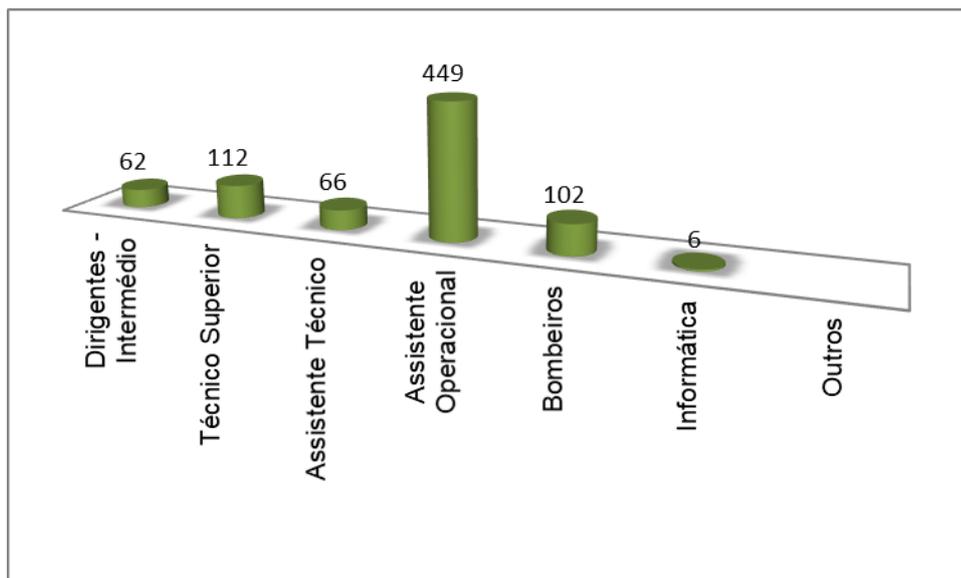


Trabalhadores segundo as habilitações

Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Proteção na parentalidade	0	101	38	95	30	0	0	264
Falecimento de familiar	0	5	5	67,5	11	5	0	93,5
Doença	0	158	711	2996	248	85	36	4234
Por acidente em serviço ou doença profissional	0	0	21	94	0	0	0	115
Assistência a familiares	0	39	30	65	0	0	0	134
Por conta do período de férias	1	17	18	19	0	2,5	1	58,5
Greve	0	5	5	31	3	0	0	44
Injustificadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	1	325	828	3367,5	292	92,5	37	4943

Horas de Formação por cargo / carreira



Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 187, sendo 96 homens e 91 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (96 trabalhadores);
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 97% tem CTFP por tempo indeterminado (182 Trabalhadores);
- Ao nível dos escalões de idades, 42 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 34 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação às habilitações, 66 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 31 trabalhadores tem o curso superior.
- 86% das ausências são motivadas por doença.

Capítulo II – Reporting financeiro

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O atual normativo é constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental**, de **contabilidade financeira** e de **contabilidade de gestão**.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 9, 266 milhões de euros, dos 13.008 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2020, de 82%, sendo abaixo em 3% do que é recomendado.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a receita orçamentada, a receita corrigida e a receita cobrada em 2020.

Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2020	Receita Corrigida 31/12/2020	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	6 685 544,00	6 838 199,00	5 652 533,49	83%
Impostos directos	424 746,00	545 713,00	436 548,93	80%
Impostos indirectos	159,00	187,00	107,25	57%
Taxas, multas e outras penalidades	29 973,00	25 628,00	18 085,08	71%
Rendimentos da propriedade	1 040 350,00	936 199,00	177 093,07	19%
Administração Central - Estado Português	4 747 539,00	4 677 839,00	4 526 608,83	97%
Administração Central - Outras Entidades	32 632,00	56 160,00	44 927,91	80%
Outras	73 769,00	88 399,00	70 718,90	80%
Venda de bens e serviços	314 891,00	466 257,00	377 475,51	81%
Outras receitas correntes	21 485,00	41 817,00	968,01	2%
Receita Capital	6 321 401,00	4 087 875,00	3 215 846,89	79%
Venda de bens de investimento	1 580,00	22 085,00	14 355,05	65%
Administração Central - Estado Português	5 574 224,00	2 905 193,00	2 222 832,67	77%
Outras receitas de capital	6 597,00	6 597,00		
Receita com passivos financeiros	739 000,00	1 154 000,00	978 659,17	85%
Outras Receitas	1 319,00	399 306,00	397 422,41	100%
Reposições não abatidas pag.	1 319,00	5 526,00	3 642,41	66%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		393 780,00	393 780,00	100%
Receitas Totais	13 008 264,00	11 325 380,00	9 265 802,79	82%

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 83% e atingiu os 5,653 milhões de euros. O capítulo em destaque é o **Administração Central** -

Estado Português, com um montante de receita cobrada de 4,527 milhões de euros e execução de 97%. Neste grupo, com uma representação de 72%, distinguem-se as receitas provenientes **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 327 mil de euros.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 3,216 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 79% face à receita de capital corrigida. **Outras receitas de capital** é o capítulo em destaque no grupo, atingindo uma cobrança de 397 mil euros e execução de quase 100%. Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Estado-Participação comunitária em projetos co-financiados** no montante de 1,503 milhões de euros.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2020	Dotação Corrigida 31/12/2020	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	6 225 378,00	6 615 282,00	5 686 058,35	86%
Remunerações Certas e Permanentes	2 711 960,00	2 715 583,00	2 613 380,53	96%
Abonos Variáveis ou Eventuais	96 242,00	83 671,45	81 055,87	97%
Segurança Social	803 958,00	873 757,55	770 198,42	88%
Aquisição de bens e serviços	2 082 436,00	2 113 974,25	1 586 335,00	75%
Juros e Outros Encargos	55 266,00	115 514,65	47 685,16	41%
Administração Central - Estado Português	4 080,00	5 739,00	5 478,18	95%
Administração Local	132 407,00	173 373,00	109 141,47	63%
Entidades do Setor não lucrativo	107 620,00	119 215,00	102 847,32	86%
Famílias	117 836,00	280 093,00	270 532,24	97%
Outras				
Subsídios Correntes	5 490,00	6 310,00	4 800,00	76%
Outras Despesas Correntes	108 083,00	128 051,10	94 604,16	74%
Despesas de Capital	6 782 886,00	4 710 098,00	3 558 884,12	76%
Aquisição de bens de capital	6 231 530,00	3 735 038,00	2 592 645,12	69%
Administração Local	29 500,00	17 624,00	11 843,65	67%
Entidades do Setor não lucrativo	3 000,00	3 000,00		
Despesa com ativos financeiros	19 452,00	19 452,00	19 452,00	100%
Despesa com passivos financeiros	499 404,00	934 984,00	934 943,35	100%
Despesas Totais	13 008 264,00	11 325 380,00	9 244 942,47	82%

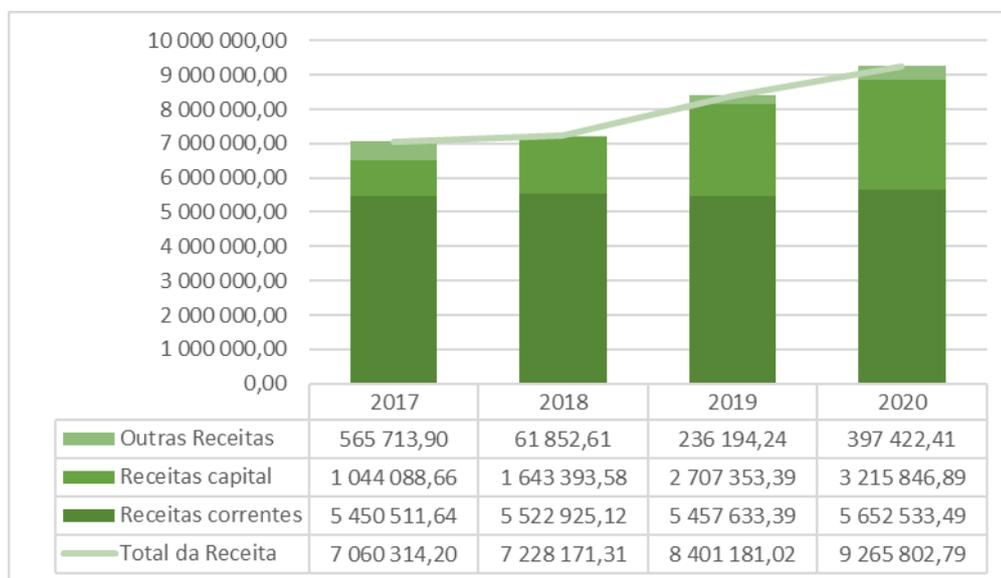
A despesa corrente paga apresenta uma execução de 86% e atingiu pagamentos na ordem dos 5,686 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2020, os 3,465 milhões de euros e uma execução de 94%.

A despesa de capital paga, no montante de 3,559 milhões de euros, regista uma execução de 76%. A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 69% e cujo montante de despesa paga atingiu os 2,593 milhões de euros.

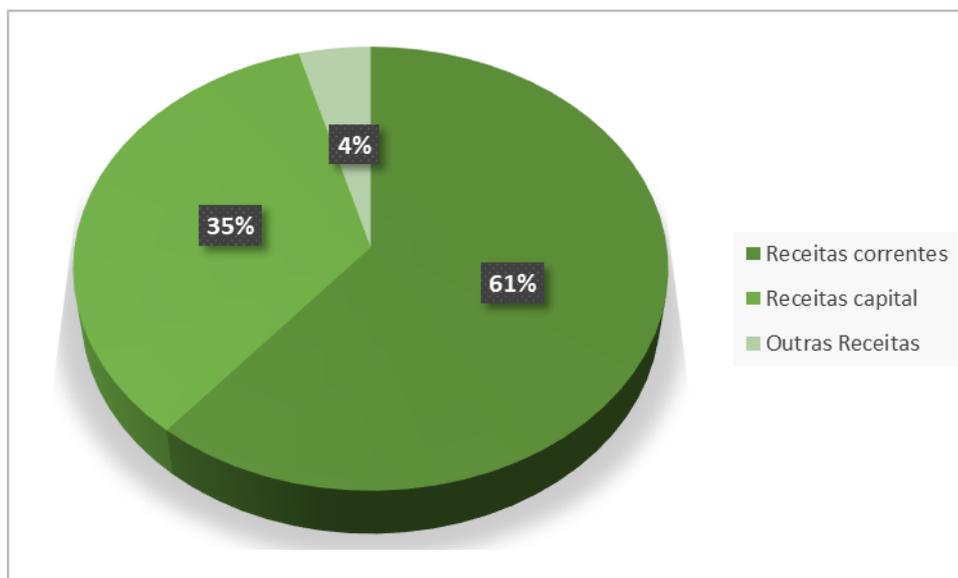
A despesa total paga (9,245 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (11,325 milhões de euros) apresenta uma execução de 82%

1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. No período em análise verifica-se um declive crescente da receita total cobrada. Face a 2019, o ano de 2020 encerra com um crescimento na receita total cobrada na ordem dos 865 mil euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2020, por rubricas gerais.



No final de 2020 a receita total cobrada ascendeu a 9,266 milhões de euros, correspondendo 1,033 milhões de euros a receitas próprias (11%), 394 mil euros a saldo transitado da gerência anterior (4%) e 7,111 milhões de euros de transferências totais (77%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

Evolução da Receita

Execução da Receita	2020			2019			Δ 2019
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
Receita Corrente	6 838 199,00	5 652 533,49	83%	7 056 417,00	5 458 386,69	77%	7%
Impostos directos	545 713,00	436 548,93	80%	466 309,00	459 573,07	99%	-19%
Impostos indirectos	187,00	107,25	57%	121,00	217,41	180%	-68%
Taxas, multas e outras penalidades	25 628,00	18 085,08	71%	37 682,00	33 210,77	88%	-20%
Rendimentos da propriedade	936 199,00	177 093,07	19%	925 286,00	176 740,96	19%	-1%
Administração Central - Estado Português	4 677 839,00	4 526 608,83	97%	4 662 188,00	3 983 020,26	85%	13%
Administração Central - Outras Entidades	56 160,00	44 927,91	80%	46 588,00	33 596,73	72%	11%
Outras	88 399,00	70 718,90	80%	72 450,00	64 000,89	88%	-9%
Venda de bens e serviços	466 257,00	377 475,51	81%	762 958,00	698 296,64	92%	-12%
Outras receitas correntes	41 817,00	968,01	2%	82 835,00	9 729,96	12%	-80%
Receita Capital	4 087 875,00	3 215 846,89	79%	2 373 238,00	2 707 597,94	114%	-31%
Venda de bens de investimento	22 085,00	14 355,05	65%	3 602,00	489,10	14%	379%
Administração Central - Estado Português	2 905 193,00	2 222 832,67	77%	983 616,00	1 331 875,04	135%	-43%
Outras receitas de capital	6 597,00			8 355,00			0
Receita com passivos financeiros	1 154 000,00	978 659,17	85%	1 377 665,00	1 375 233,80	100%	-15%
Outras Receitas	399 306,00	397 422,41	100%	236 318,00	236 194,24	100%	0%
Reposições não abatidas pag.	5 526,00	3 642,41	66%	977,00	853,24	87%	-25%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	393 780,00	393 780,00	100%	235 341,00	235 341,00	100%	
Receitas Totais	11 325 380,00	9 265 802,79	82%	9 665 973,00	8 402 178,87	87%	-6%

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um aumento de (7%) comparando as execuções com as dotações corrigidas, com maior enfoque para as rubricas **Administração Central - Estado Português**, com um aumento de 544 mil euros (13%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Venda de bens e serviços** regista um decréscimo de 321 mil euros, cuja a variação é justificada pela cedência, a 01 de junho, dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, EIM, S.A e

ainda pela isenção de tarifas aos consumidores não domésticos motivado pela pandemia COVID_19 no período de março a maio de 2020.

As receitas de capital cobradas, apesar do valor absoluto ser superior ao registado em 2019, as mesmas tiveram um decréscimo de 31% considerando a execução face às dotações corrigidas. Esta situação justifica-se essencialmente pelo atraso no reembolso de verbas por parte dos fundos comunitários nomeadamente referente à candidatura “Requalificação da Escola EB 2, 3 e Secundária de Sardoaal”, cujo valor foi cobrado já em 2021, ascendendo a cerca de 1 milhão de euros.

1.1.1 Receita própria

Em 2020 a receita própria cobrada atingiu os 1,033 milhões de euros, correspondendo a uma redução de (25%) face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Evolução da receita própria

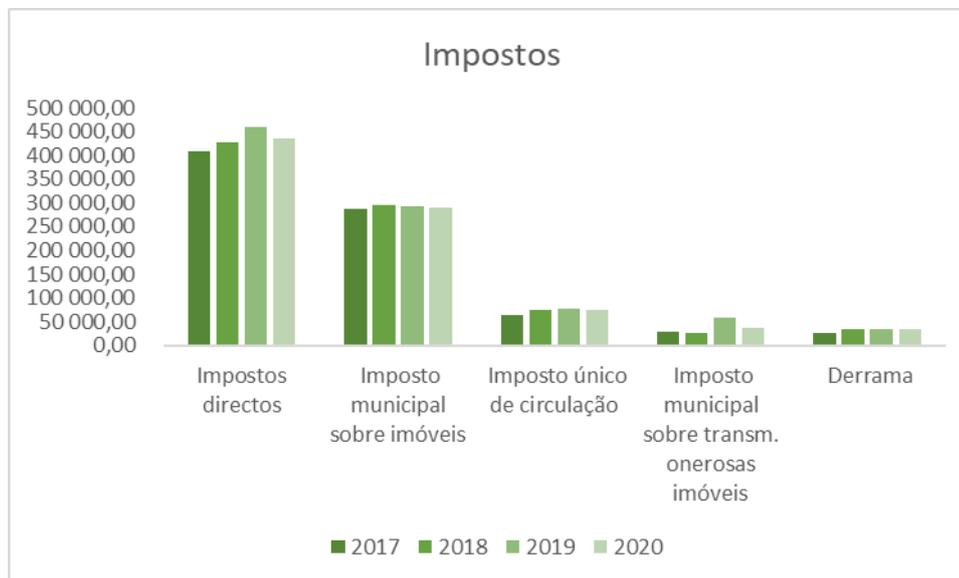
Receitas Próprias	2017	2018	2019	2020	Δ 2019
Impostos directos	408 051,41	428 232,35	459 573,07	436 548,93	-5%
Impostos directos	36,52	130,90	217,41	107,25	-51%
Taxas, multas e outras penalidades	34 882,58	33 028,36	40 860,96	22 825,21	-44%
Rendimentos da propriedade	201 976,77	282 656,68	176 740,96	177 093,07	0%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	692 837,50	678 965,56	698 296,64	377 475,51	-46%
Outras Receitas Correntes	2 528,86	857,53	6 520,31	968,01	-85%
Vendas de Bens de Investimento	4 495,65		244,55	14 355,05	5770%
Outras Receitas de Capital		13 192,22			
Reposições não abatidas nos pagamentos	62,90	1 726,61	853,24	3 642,41	327%
Total de Receitas Próprias	1 344 872,19	1 438 790,21	1 383 307,14	1 033 015,44	-25%

Em termos relativos, a redução das receitas próprias cobradas, no ano de 2020, no montante de 350 mil euros, resulta da diminuição ocorrida, principalmente, na cobrança de receitas provenientes de **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, com uma quebra total de 320 mil euros, a qual já foi justificada anteriormente.

Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2017	2018	2019	2020	Δ 2019
Impostos directos	408 051,41	428 232,35	459 573,07	436 548,93	-5%
Imposto municipal sobre imóveis	287 953,64	294 509,20	291 680,03	291 450,35	0%
Imposto único de circulação	64 624,95	73 866,93	76 172,55	73 598,09	-3%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imó	28 585,97	26 413,50	58 063,22	37 357,81	-36%
Derrama	26 886,85	33 442,72	33 657,27	34 142,68	1%
Impostos directos	36,52	130,90	217,41	107,25	-51%
Publicidade	36,52	30,73	74,81		-100%
Outros_i		100,17	142,60	107,25	-25%
Total dos Impostos	408 087,93	428 363,25	459 790,48	436 656,18	-5%

Das receitas provenientes dos impostos verifica-se uma diminuição de 5%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial no montante de 23 mil euros, resultante essencialmente da descida nas receitas provenientes do **Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de Imóveis (IMT)** ascendendo a 21 mil euros.



No que concerne à evolução de subgrupo das receitas próprias, comparativamente a 2019, verificou-se um decréscimo de 35%, conforme se pode verificar no quadro seguinte. Tal como já foi referido anteriormente as rubricas que mais contribuíram para este decréscimo, em termos absolutos, foram as rubricas **Venda de Bens** no valor de 138 mil euros e a rubrica **Serviços** no valor de 187 mil euros. Reforçamos que o motivo do referido decréscimo foi principalmente a concessão dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para a empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A.

Evolução de subgrupo das receitas próprias

Subgrupo de Receitas Próprias	2017	2018	2019	2020	Δ 2019
Taxas, multas e outras penalidades	34 882,58	33 028,36	40 860,96	22 825,21	-44%
Loteamentos e obras	5 452,57	7 231,75	10 133,87	7 468,80	-26%
Ocupação da via pública	2 171,39	2 528,79	2 433,93	1 624,07	-33%
Outras	7 703,27	6 895,04	7 711,66	4 740,13	-39%
Outros	7 703,27	6 895,04	7 711,66	4 740,13	-39%
Juros de mora	10 304,23	1 463,97	1 674,45	1 104,72	-34%
Juros compensatórios	211,22	300,55	116,72	293,48	151%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	1 106,63	745,00	3 140,00	2 703,88	-14%
Multas e penalidades diversas	230,00	6 968,22	7 938,67	150,00	-98%
Rendimentos da propriedade	201 976,77	282 656,68	176 740,96	177 093,07	0%
Outros	201 976,77	282 656,68	176 740,96	177 093,07	0%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	692 837,50	678 965,56	698 296,64	377 475,51	-46%
Venda de Bens	275 499,99	258 527,22	260 730,83	123 178,48	-53%
Serviços	379 837,38	389 332,78	409 479,85	222 219,02	-46%
Rendas	37 500,13	31 105,56	28 085,96	32 078,01	14%
Outras Receitas Correntes	2 528,86	857,53	6 520,31	968,01	-85%
Vendas de Bens de Investimento	4 495,65		244,55	14 355,05	5770%
Outras Receitas de Capital		13 192,22			
Reposições não abatidas nos pagamentos	62,90	1 726,61	853,24	3 642,41	327%
Total	936 784,26	1 010 426,96	923 516,66	596 359,26	-35%

1.1.2 Transferências obtidas

As transferências obtidas atingiram os 7,111 milhões de euros em 2020. Comparativamente com o período homólogo registou-se um aumento de 1,633 milhões de euros (30%), justificado pelo crescimento das transferências correntes (18%) e das transferências de capital (67%).

As transferências correntes registam em 2020 um crescimento de 742 mil euros decorrente, essencialmente, do aumento do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, 193 mil euros.

Também a rubrica **Outras**, tendo sido cobrada a verba de 272 mil euros, registou um aumento de 189 mil euros, derivado ao facto de ter havido uma alteração de política contabilística, isto é, anteriormente as verbas arrecadadas referentes ao DECIF eram classificadas como operações de tesouraria, com esta alteração passaram a ser consideradas como receitas do Município.

Também a rubrica **Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20**, no ano 2020 foi criada pela primeira vez, tendo sido arrecadada a verba de 69 mil euros.

Em sentido contrário temos a rubrica **Outras**, com o total de 272 mil euros, a qual registou uma diminuição em cerca de 353 mil euros motivado também aqui por alteração de rubrica, uma vez que anteriormente as verbas referentes ao Pessoal não docente eram aqui registadas, passando no ano de 2020 a ser registadas na rubrica **Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018**, tendo essa rubrica registado o total de 630 mil euros.

As transferências de capital apresentam um aumento, no montante de 891 mil euros, relativamente ao período homólogo. Devendo-se esta situação a transferências de capital, ocorridas no ano de 2020, provenientes de transferências do Estado, essencialmente, de operações realizadas no âmbito dos Fundos Comunitários, nomeadamente referentes às candidaturas, “Requalificação da Escola EB 2,3 e secundária de Sardoal” e empreitada do “Centro de Interpretação da Semana Santa”.

Em pormenor, apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

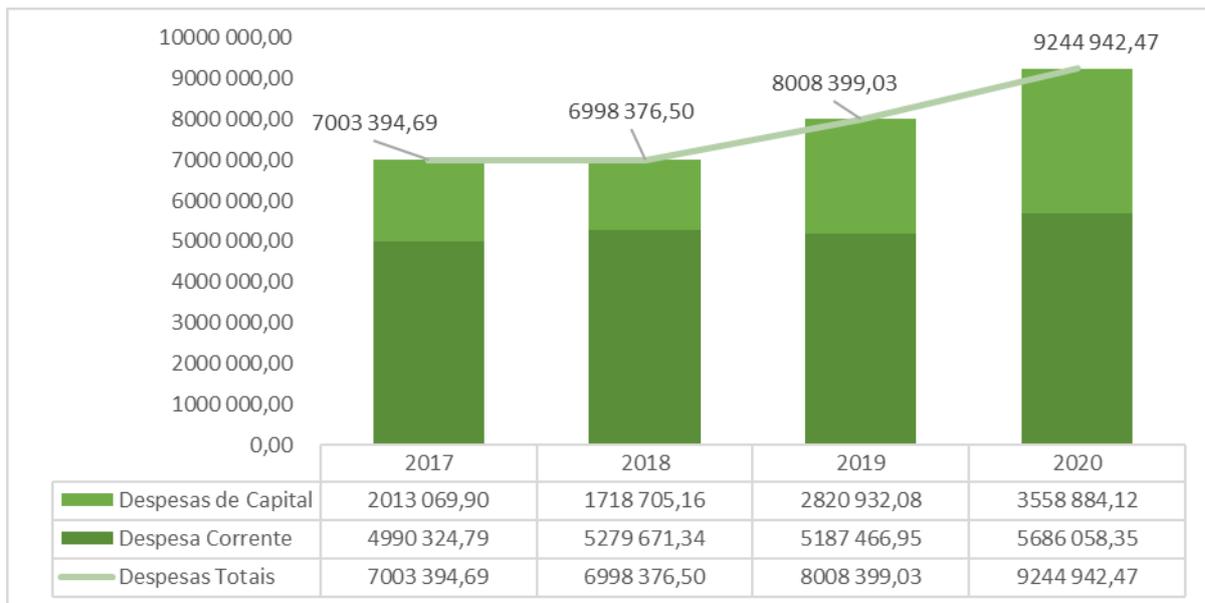
Evolução das transferências obtidas

Transferências	2017	2018	2019	2020	Δ 2019
Transferências Correntes	4 064 228,72	4 070 841,51	4 062 446,99	4 615 762,58	14%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 075 035,00	3 118 075,00	3 078 547,00	3 271 825,00	6%
Fundo Social Municipal	93 464,00	93 464,00	93 464,00	93 464,00	
Participação Variável no IRS	112 785,00	119 306,00	117 260,00	118 618,00	1%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018				630 251,87	
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20				69 222,27	
Outras	681 942,73	642 496,50	625 734,40	272 412,53	-56%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiad	14 104,98	3 385,72	68 014,86	70 815,16	4%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polit.act.EFF	39 022,01	46 279,15	33 596,73	44 927,91	34%
Privadas	47 875,00	47 835,14	45 830,00	44 225,84	-4%
Companhias de seguros e fundos de pensões	10 642,24	23 257,75	6 321,37	12 692,40	101%
Transferências de Capital	503 022,37	724 167,26	1 331 875,04	2 222 832,67	67%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	341 670,00	346 453,00	342 061,00	362 994,00	6%
Cooperação Técnica e Financeira	30 000,00	291 000,00	90 024,83	5 432,00	-94%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013			259 328,00	348 232,00	34%
Outras	11 896,94	34 017,71	18 145,35	3 075,68	-83%
Estado-Particip.comunitária project.co-financia	119 455,43	52 696,55	622 315,86	1 503 098,99	142%
Total	4 567 251,09	4 795 008,77	5 394 322,03	6 838 595,25	27%

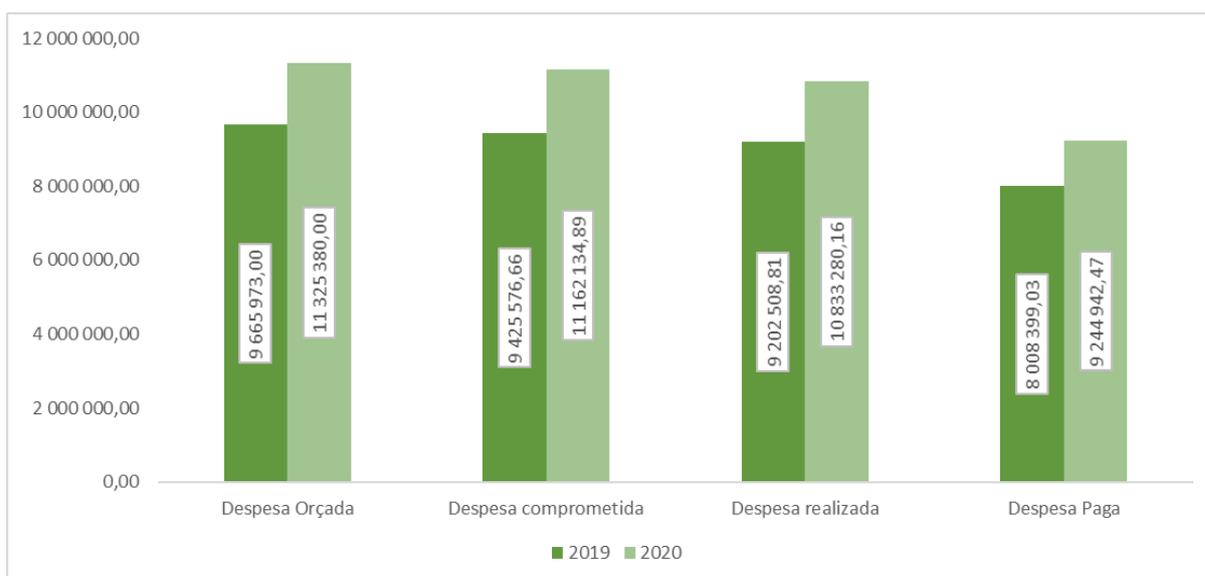
1.2 Despesa

No final de 2020, o total da despesa paga ascendeu a 9,245 milhões de euros, representando 82% do total orçamentado (11,325 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 1,237 milhões de euros na despesa paga.

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que a despesa tem vindo a aumentar de forma progressiva desde 2017, atingindo em 2020 o montante mais elevado dos últimos quatro anos.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida e paga nos anos 2019 e 2020. O total dos compromissos assumidos, em 2020, alcançou os 11,162 milhões de euros face aos 9,426 milhões de euros apurados no ano de 2019.



1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2020 a despesa corrente paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 86% (5,686 milhões de euros) e a despesa de capital paga de 76% (3,559 milhões de euros).

Em relação à execução referente ao período homólogo, verifica-se um aumento de 7% nas despesas correntes pagas e uma diminuição de 14% nas despesas de capital.

Já em termos absolutos, comparado com o ano de 2019, as despesas totais pagas aumentaram em cerca de 1,237 milhões de euros, sendo que para tal as despesas correntes

contribuíram com o aumento de 499 mil euros e as despesas de capital com aumento de 738 mil euros.

Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2020			2019			
	Dotação Final	Despesa Paga	% Execução	Dotação Final	Despesa Paga	% Execução	Δ 2019
Despesa Corrente	6 615 282,00	5 686 058,35	86%	6 446 575,00	5 187 466,95	80%	7%
Remunerações Certas e Permanentes	2 715 583,00	2 613 380,53	96%	2 734 955,91	2 720 278,60	99%	-3%
Abonos Variáveis ou Eventuais	83 671,45	81 055,87	97%	93 168,19	92 840,24	100%	-3%
Segurança Social	873 757,55	770 198,42	88%	793 061,77	718 613,14	91%	-3%
Aquisição de bens e serviços	2 113 974,25	1 586 335,00	75%	2 272 049,65	1 301 833,61	57%	31%
Juros e Outros Encargos	115 514,65	47 685,16	41%	51 588,85	35 935,22	70%	-41%
Administração Central - Estado Português	5 739,00	5 478,18	95%				
Administração Local	173 373,00	109 141,47	63%	127 792,62	62 941,58	49%	28%
Entidades do Setor não lucrativo	119 215,00	102 847,32	86%	130 988,00	79 495,89	61%	42%
Famílias	280 093,00	270 532,24	97%	113 594,01	107 761,01	95%	2%
Outras							
Subsídios Correntes	6 310,00	4 800,00	76%	6 537,00	2 358,50	36%	111%
Outras Despesas Correntes	128 051,10	94 604,16	74%	122 839,00	65 409,16	53%	39%
Despesas de Capital	4 710 098,00	3 558 884,12	76%	3 219 398,00	2 820 932,08	88%	-14%
Aquisição de bens de capital	3 735 038,00	2 592 645,12	69%	1 910 108,05	1 548 125,43	81%	-14%
Administração Local	17 624,00	11 843,65	67%	22 420,00	10 574,66	47%	42%
Entidades do Setor não lucrativo	3 000,00			8 000,00	8 000,00	100%	-100%
Despesa com ativos financeiros	19 452,00	19 452,00	100%	67 496,00	48 043,00	71%	40%
Despesa com passivos financeiros	934 984,00	934 943,35	100%	1 211 373,95	1 206 188,99	100%	0%
Despesas Totais	11 325 380,00	9 244 942,47	82%	9 665 973,00	8 008 399,03	83%	-1%

A despesa corrente paga em 2020, no montante de 5,686 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (3,465 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (1,586 milhões de euros), e **transferências correntes** (488 mil euros).

A despesa de capital paga em 2020, no montante de 3,559 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (2,593 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (935 mil euros).

Para este crescimento no montante da despesa paga, resultou essencialmente do aumento dos pagamentos das despesas correntes, nomeadamente as despesas com **aquisição de bens e serviços**, cuja variação relativamente ao período homólogo é de 31%, representando em valores absolutos um crescimento na ordem dos 285 mil de euros.

Este sucessivo aumento da despesa corrente, com **aquisição de bens e serviços**, iniciado em março 2020, resultou essencialmente da contínua necessidade de fazer face a despesas resultantes dos impactos causados pela situação pandémica do Covid-19.

Também a rubrica **transferências correntes** registaram um aumento de 238 mil euros face ao ano de 2019, motivado pela alteração de política contabilística no âmbito das despesas referente ao DECIF, tal com já foi referido anteriormente no âmbito da receita.

Em sentido contrário verificamos que as **despesas com o pessoal** pagas diminuíram em cerca de 67 mil euros face a 2019.

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da despesa corrente realizada e paga, em 2019 e 2020. Constatam-se que a despesa corrente realizada face a 2019 aumentou em cerca de 3% (195 mil euros). Já em relação à despesa corrente paga comparando com o período homólogo, a mesma aumentou em cerca de 10% (499 mil euros).

Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada		Despesa Paga	
	2020	2019	2020	2019
Despesas Correntes				
Remunerações Certas e Permanentes	2 715 337,60	2 720 278,60	2 613 380,53	2 720 278,60
Abonos Variáveis ou Eventuais	83 247,47	92 840,24	81 055,87	92 840,24
Segurança Social	868 902,43	784 618,69	770 198,42	718 613,14
Aquisição de bens e serviços	1 983 162,44	2 094 796,36	1 586 335,00	1 301 833,61
Juros e Outros Encargos	52 168,91	44 663,18	47 685,16	35 935,22
Administração Central - Estado Português	5 738,29		5 478,18	
Administração Local	159 090,20	115 066,23	109 141,47	62 941,58
Entidades do Setor não lucrativo	112 142,32	113 761,09	102 847,32	79 495,89
Famílias	274 773,26	110 702,69	270 532,24	107 761,01
Outras				
Subsídios Correntes	4 960,00	4 408,50	4 800,00	2 358,50
Outras Despesas Correntes	119 996,33	103 275,55	94 604,16	65 409,16
Total de Despesas Correntes	6 379 519,25	6 184 411,13	5 686 058,35	5 187 466,95

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da despesa capital realizada e paga, em 2019 e 2020. Constatam-se que a despesa capital realizada face a 2019 aumentou em cerca de 48% (1,436 milhões de euros). Já em relação à despesa capital paga comparando com o ano de 2019, a mesma aumentou em cerca de 26% (738 mil euros).

Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada		Despesa Paga	
	2020	2019	2020	2019
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	3 482 635,45	1 713 995,38	2 592 645,12	1 548 125,43
Administração Local	13 730,11	22 418,31	11 843,65	10 574,66
Entidades do Setor não lucrativo	3 000,00	8 000,00		8 000,00
Despesa com ativos financeiros	19 452,00	67 495,00	19 452,00	48 043,00
Despesa com passivos financeiros	934 943,35	1 206 188,99	934 943,35	1 206 188,99
Total de Despesas de Capital	4 453 760,91	3 018 097,68	3 558 884,12	2 820 932,08

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2020 encerrou com um total de despesa orçada de 11,325 milhões de euros e paga de 9,245 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 82%.

A despesa corrente paga regista um nível de execução orçamental superior à despesa de capital paga de 86% contra 76%.

No que se refere às despesas correntes, as rubricas de pessoal e famílias são as que apresentam maior taxa de execução, com 94% e 97% respetivamente.

Relativamente às despesas de capital, as rubricas de **passivos e ativos financeiros** são as

que apresentam maiores taxas de execução com cerca de 100% respetivamente, como se pode confirmar pelo quadro seguinte.

Podemos ainda verificar que em relação à rubrica **Aquisição de bens de capital** a mesma teve uma execução de 93% em relação à despesa realizada, sendo que no âmbito dos pagamentos a taxa de execução foi apenas de 69%. Esta situação foi motivada pelo não reembolso das verbas referentes à comparticipação dos fundos comunitários, situação que já foi regularizada no ano de 2021.

Execução da despesa

Capítulos	2019	Despesa Orçada	Despesa comprometida	% Compr	Despesa realizada	% Real.	Despesa Paga	Taxa de execução
Despesa Corrente	5 187 466,95	6 615 282,00	6 512 929,50	98%	6 379 519,25	96%	5 686 058,35	86%
Remunerações Certas e Permanentes	2 720 278,60	2 715 583,00	2 715 337,60	100%	2 715 337,60	100%	2 613 380,53	96%
Abonos Variáveis ou Eventuais	92 840,24	83 671,45	83 247,47	99%	83 247,47	99%	81 055,87	97%
Segurança Social	718 613,14	873 757,55	870 675,72	100%	868 902,43	99%	770 198,42	88%
Aquisição de bens e serviços	1 301 833,61	2 113 974,25	2 052 358,54	97%	1 983 162,44	94%	1 586 335,00	75%
Juros e Outros Encargos	35 935,22	115 514,65	108 411,94	94%	52 168,91	45%	47 685,16	41%
Administração Central - Estado Português		5 739,00	5 738,29	100%	5 738,29	100%	5 478,18	95%
Administração Local	62 941,58	173 373,00	162 871,01	94%	159 090,20	92%	109 141,47	63%
Entidades do Setor não Lucrativo	79 495,89	119 215,00	112 876,32	95%	112 142,32	94%	102 847,32	86%
Famílias	107 761,01	280 093,00	275 425,49	98%	274 773,26	98%	270 532,24	97%
Outras								
Subsídios Correntes	2 358,50	6 310,00	4 960,00	79%	4 960,00	79%	4 800,00	76%
Outras Despesas Correntes	65 409,16	128 051,10	121 027,12	95%	119 996,33	94%	94 604,16	74%
Despesas de Capital	2 820 932,08	4 710 098,00	4 649 205,39	99%	4 453 760,91	95%	3 558 884,12	76%
Aquisição de bens de capital	1 548 125,43	3 735 038,00	3 674 186,98	98%	3 482 635,45	93%	2 592 645,12	69%
Administração Local	10 574,66	17 624,00	17 623,06	100%	13 730,11	78%	11 843,65	67%
Entidades do Setor não Lucrativo	8 000,00	3 000,00	3 000,00	100%	3 000,00	100%		
Despesa com ativos financeiros	48 043,00	19 452,00	19 452,00	100%	19 452,00	100%	19 452,00	100%
Despesa com passivos financeiros	1 206 188,99	934 984,00	934 943,35	100%	934 943,35	100%	934 943,35	100%
Despesas Totais	8 008 399,03	11 325 380,00	11 162 134,89	99%	10 833 280,16	96%	9 244 942,47	82%

1.2.3 Despesa com aquisição de serviços

Em 2020 a despesa paga com **aquisição de serviços** atingiu os 1,103 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 16%, relativamente ao período homólogo.

As rubricas que mais contribuíram para este crescimento, em termos absolutos, e face ao ano anterior, foram **Encargos com instalações** e **Outros trabalhos especializados** com um incremento de 226 mil euros. Considerando que, na ótica orçamental, estamos a falar em pagamentos, este resultado, foi essencialmente, motivado facto de a dívida no final de 2019, ter sofrido um aumento, tendo sido necessário no ano de 2020, proceder ao pagamento das referidas verbas.

De referir ainda, e comparando com o período homólogo, a despesa realizada que ascendeu a cerca de 850 mil euros, sofreu uma diminuição de 262 mil euros.

Para uma análise mais aprofundada, temos de seguida a evolução da despesa paga com a aquisição de serviços no quadriénio 2017-2020.

Evolução da despesa paga com aquisições de serviços

Aquisição de Serviços	2017	2018	2019	2020	Δ 2019
Encargos das instalações	286 764,61	267 342,00	241 892,96	359 501,32	49%
Limpeza e higiene	22 450,22	43 747,37	22 071,46	5 625,20	-75%
Conservação de bens	25 727,43	36 850,76	18 229,33	19 454,29	7%
Locação de material de transporte			2 219,67	7 181,35	224%
Locação de outros bens	27 348,18	16 294,92	6 135,12	4 186,12	-32%
Comunicações	33 170,93	21 582,20	28 907,04	20 371,14	-30%
Transportes	65 813,93	74 744,76	65 140,76	49 378,20	-24%
Representação dos serviços	2 238,40	2 619,15	3 948,50	3 417,28	-13%
Seguros	41 202,37	40 651,93	40 881,18	32 361,06	-21%
Deslocações e estadas	1 940,02	1 393,58	735,83	567,80	-23%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	29 359,91	28 664,59	35 175,16	38 539,00	10%
Formação	1 792,08	3 131,84	2 393,73	2 448,45	2%
Publicidade	25 667,88	26 266,37	19 929,31	20 170,47	1%
Vigilância e segurança	2 777,10	2 833,34	4 185,74	2 036,88	-51%
Assistência técnica	7 885,29	6 175,54	5 918,57	11 628,65	96%
Outros trabalhos especializados	304 080,85	298 163,42	310 795,04	418 974,61	35%
Encargos de cobrança de receitas	11 167,23	11 692,29	10 877,48	170,57	-98%
Outros serviços	230 407,82	277 736,13	130 853,11	106 959,10	-18%
Total	1 119 794,25	1 159 890,19	950 289,99	1 102 971,49	16%

1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o município de Sardoal, e sabendo da existência de dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.

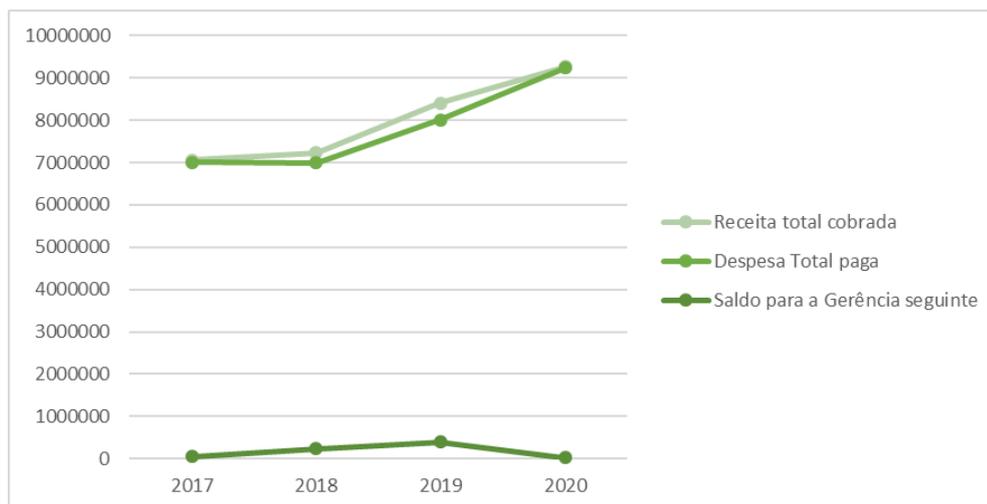
De referir que em 2018 e 2019 o saldo para a gerência seguinte teve alguma representatividade pelo facto de os valores em causa, serem verbas consignadas.

Receita vs Despesa

Designação	2017	2018	2019	2020
Receita total cobrada	7 060 314,20	7 228 171,31	8 401 181,02	9 265 802,79
Despesa Total paga	7 003 394,69	6 998 376,50	8 008 399,03	9 244 942,47
Saldo para a Gerência seguinte	56 919,51	229 794,81	392 781,99	20 860,32

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2021 ronda os 21 mil euros.



No quadro seguinte é apresentado o resultado orçamental do ano de 2020, verificando-se que a poupança corrente é negativa ascendendo a 34 mil euros, sendo que foi necessário recorrer a receita de capital para pagar despesa corrente.

Em relação ao saldo de capital o mesmo também foi negativo em 343 mil euros, tendo sido compensado pelo saldo da gerência anterior.

Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2020
Receita corrente cobrada	5 652 533,49
Despesa corrente paga	5 686 058,35
Poupança corrente	-33 524,86
Receita capital cobrada	3 215 846,89
Despesa capital paga	3 558 884,12
Saldo de capital	-343 037,23
Receita Total cobrada	8 872 022,79
Despesa total paga	9 244 942,47
Saldo da gerência anterior	393 780,00
Saldo orçamental	20 860,32

1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2020	2019
Da receita		
Impostos Directos / Receitas Correntes	8%	8%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,002%	0,004%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	81%	75%
Transferências Capital/Receitas de Capital	69%	49%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	30%	51%
Receitas Correntes/Receitas Totais	61%	65%
Receitas Capital/Receitas Totais	35%	32%
Outras Receitas / Receitas Totais	4%	3%
Da Despesa		
Pessoal/Despesas Correntes	61%	68%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	28%	25%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	9%	5%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de Capital	73%	55%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	0,3%	1%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	26%	43%
Despesas Correntes/Despesas Totais	62%	65%
Despesas de Capital/Despesas Totais	38%	35%
Da capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	0,998	0,953
Receitas Próprias de Funcionamento	6 713 229,47 €	6 958 930,21 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	6 621 001,70 €	6 393 655,94 €
Prazo Médio Pagamentos - em dias	97	89

Em conclusão:

A receita total cobrada atingiu 9,266 milhões de euros dos 11,325 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2020, apresentando uma execução de 82%. Do montante da receita total cobrada, 1,033 milhões de euros correspondem a **receitas próprias**, 394 mil euros a **saldo transitado da gerência anterior**, 6,839 milhões de euros de **transferências totais** e 979 mil euros de **passivos financeiros**.

Face a 2019, o exercício de 2020 encerra com um crescimento na receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 864 mil euros.

Verifica-se que a despesa tem vindo a aumentar de forma progressiva desde 2017, atingindo em 2020 o montante mais elevado dos últimos quatro anos.

No final de 2020, o total da despesa paga ascendeu a 9,244 milhões de euros, representando 82% do total orçamentado (11,325 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 1,237 milhões de euros na despesa paga.

O total dos compromissos assumidos, no final de 2020, alcançou os 11,162 milhões de euros face aos 9,426 milhões de euros apurados no ano de 2019.

Decorrente de um aumento significativo da receita total cobrada (9,266 milhões de euros), observou-se simultaneamente um aumento da despesa total paga (9,245 milhões de euros).

O saldo a transitar para a gerência de 2021 ronda os 21 mil euros.

2. Análise económica-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardoaal.

2.1. Balanço

Em 2020 o **Ativo** do Município de Sardoaal atingiu os 15,239 milhões de euros o que significa uma diminuição de 11,045 milhões de euros face ao ano anterior (42%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2020	2019	Δ 2019
Ativos fixos tangíveis	13 824 066,40	24 325 622,88	-43%
Ativos intangíveis	1 513,11	1 002,85	51%
Participações financeiras	290 480,10	290 480,10	
Ativo não Corrente	14 116 059,61	24 617 105,83	-43%
Inventários	63 600,58	71 296,21	-11%
Devedores por transferências e subsídios não	51 738,51	27 542,27	88%
Clientes, contribuintes e utentes	18 195,79	53 586,31	-66%
Estado e outros entes públicos	47 881,85	57 970,11	-17%
Outras contas a receber	840 271,17	997 603,67	-16%
Diferimentos	8 060,32	13 090,57	-38%
Caixa e depósitos	92 812,67	445 849,05	-79%
Ativo Corrente	1 122 560,89	1 666 938,19	-33%
Ativo Total	15 238 620,50	26 284 044,02	-42%

O **Ativo não corrente** com o valor de 14,116 milhões euros representa 93% do total do ativo, tendo registado uma diminuição de 43%. Já o **Ativo corrente**, com o valor de 1,123 milhões de euros, com o peso de 7%, registou uma diminuição de 33%.

Os **ativos fixos tangíveis** representam 91% do total do ativo e registaram uma diminuição de 10,502 milhões de euros.

Esta diminuição deve-se sobretudo aos **ajustamentos da transição para o SNC-AP**, nomeadamente diminuição da vida útil dos edifícios e outras construções.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 93 mil euros, registou uma diminuição de 353 mil euros. Esta variação está relacionada com a variação do saldo da gerência para o ano seguinte, variação essa explicada anteriormente.

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoal fechou o ano com um valor de 5,814 milhões de euros, sendo constituído em 55% por **Passivo não corrente** e em 45% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2020	2019	Δ 2019
Provisões	197 484,90	70 168,60	181%
Financiamentos obtidos	2 714 629,02	2 543 434,72	7%
Fornecedores	227 653,83	200 764,37	13%
Outras contas a pagar	71 815,86	37 125,84	93%
Passivo não Corrente	3 211 583,61	2 851 493,53	13%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	78 263,13	118 469,62	-34%
Fornecedores.	391 669,17	904 130,10	-57%
Estado e outros entes públicos.	243 878,23	129 135,11	89%
Financiamentos obtidos.	375 754,01	591 221,44	-36%
Fornecedores de investimentos	912 900,73	141 616,79	545%
Outras contas a pagar.	539 313,98	553 433,77	-3%
Diferimentos.	60 373,02	51 933,74	16%
Passivo Corrente	2 602 152,27	2 489 940,57	5%
Passivo Total	5 813 735,88	5 341 434,10	9%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 9%, sendo que, tanto o **Passivo não corrente**, tendo registado uma variação positiva de 13%, bem como o **Passivo corrente** com variação de 5% contribuíram para a referida variação positiva que ascendeu a 472 mil euros.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se que todas as rubricas registaram variação positiva no valor de 360 mil euros, destacando-se a rubrica **Provisões** com um aumento em cerca de 127 mil euros referente à cobertura de prejuízos da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A, e a rubrica **Financiamentos Obtidos** com uma variação 171 mil euros referente principalmente ao reembolso das verbas do empréstimo acordado com a Caixa Geral de Depósitos.

O **Passivo corrente**, a variação foi de 112 mil euros, contribuindo para este registo a rubrica **Fornecedores de Investimento** com um aumento de 771 mil euros. O referido aumento foi essencialmente originado pelos valores referente à conclusão da primeira fase da obra e apetrechamento de equipamentos da escola EB 2,3 e secundária de Sardoal.

Em sentido contrário, a rubrica **Fornecedores** registou uma variação negativa em cerca de 512 mil euros. A rubrica **Financiamentos Obtidos** registou também uma redução em cerca de 215 mil euros, sendo neste caso o valor das amortizações dos empréstimos obtidos.

Também a rubrica **Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos**, registou uma descida em cerca de 40 mil euros.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 9,425 milhões de euros, o que traduz um decréscimo em cerca de 11,518 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Esta

diminuição é fruto dos ajustamentos feitos referente à transição para o SNC-AP, na rubrica **Resultados Transitados**, derivado da atualização da vida útil dos edifícios e outras construções, a qual coincidiu com uma diminuição significativa da vida dos mesmos. De referir que as vidas dos imóveis passaram de 150 para 100 anos, de 80 para 50 anos e de 50 para 20 anos, e também do **Resultado líquido do período** com valor negativo de 728 mil euros, tendo registado um aumento de 675 mil euros, o qual será explicado em sede própria.

Já a rubrica **Outras variações no Património Líquido** registaram um aumento em cerca de 485 mil euros, motivado essencialmente, pelo facto da alteração contabilística, em que as receitas oriundas do **FEF Capital** e no âmbito do **nº 3, do Artigo 35.º da Lei nº 73/2013**, com o SNC-AP passaram a ser registados neste capítulo em vez de serem considerados em proveitos, o que acontecia anteriormente. De referir que as referidas receitas ascenderam em 2020 ao valor de 711 mil euros.

Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2020	2019	Δ 2019
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	
Resultados transitados	-19 424 125,77	-8 097 359,24	140%
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	
Outras variações no Património Líquido	8 140 681,90	7 656 149,08	6%
Resultado líquido do período	-727 561,22	-52 069,63	1297%
Passivo Total	9 424 884,62	20 942 609,92	-55%

2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é negativo, e ascende a cerca de 728 mil euros, consequência principalmente das alterações contabilísticas com a entrada do SNC-AP, nomeadamente a redução de proveitos referente ao **FEF Capital** e no âmbito **do nº 3, do Artigo 35.º da Lei nº 73/2013**, cujo valor passou a ser registo no capítulo **Fundos Próprios**, o qual ascendeu a cerca de 711 mil euros. Também a alteração da vida útil dos edifícios e outras construções fizeram com que as depreciações aumentassem em cerca de 282 mil euros.

Falando agora sobre os rendimentos, em 2020 foram de 5,995 milhões de euros para um nível de gastos de 6,723 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em cerca de 10% dos rendimentos e um aumento de 0,2% dos gastos.

Efetuando uma análise, em termos absolutos, aos gastos de 2020, podemos concluir que houve um aumento residual de 15 mil euros face a 2019.

Evolução dos Gastos

Gastos	2020	2019	Δ 2019
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cc	47 029,83	46 478,26	1%
Fornecimentos e serviços externos	1 104 306,68	1 505 219,72	-27%
Gastos com o pessoal	3 590 162,85	3 614 917,31	-1%
Transferências e subsídios concedidos	591 615,72	311 999,06	90%
Imparidade de investimentos não depreciables/ar	14 107,99	11 737,63	20%
Outros gastos	152 798,95	258 915,80	-41%
Gastos/reversões de depreciações e amortização	1 191 089,44	908 978,59	31%
Imparidade de investimentos depreciables/amort		7 144,03	-100%
Juros e gastos similares suportados	31 900,72	43 001,97	-26%
Total dos Gastos	6 723 012,18	6 708 392,37	0,2%

Em relação aos gastos podemos verificar que existiram quatro rubricas que registaram um aumento face ao ano de 2019, destacando-se duas delas, as **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 592 mil euros, com um aumento de 280 mil euros comparativamente com 2019. Nesta rubrica inclui-se o pagamento às famílias, cerca de 284 mil euros, nomeadamente, natalidade, bolsas de estudo, transportes escolares, emprego apoiado, contratos de emprego e inserção e ainda as despesas relacionadas com o DECIR. Também é nesta rubrica que se regista as transferências para as Freguesias do Concelho (67 mil euros), bem como a comparticipação por parte do Município para projetos realizados pela CIMT e ainda os custos inerentes ao combate da pandemia COVID-19 realizados pela CIMT em nome do Município, que ascendeu a cerca de 32 mil euros. O valor referente à transferência para cobertura de prejuízos da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A. que ascendeu a cerca de 127 mil euros, também foi registado nesta rubrica.

A outra rubrica foi **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1,191 milhões de euros, registando um aumento de 282 mil euros face a 2019. Relembramos que esta alteração foi principalmente motivada pela diminuição da vida útil dos edifícios e outras construções que fez com que as taxas de depreciação tenham aumentado.

Já em sentido contrário, isto é, diminuição, existiram seis rubricas destacando-se a rubrica **Fornecimentos e serviços externos** com o valor de 1,104 milhões de euros tendo registado uma diminuição de 401 mil euros. Para esta redução contribuíram a concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento para a empresa Tejo Ambiente, S.A, bem como a ausência de eventos culturais desde março de 2020, motivado pela pandemia COVID-19, e a rubrica **outros gastos** com o valor de 153 mil euros registando uma diminuição de 106 mil euros.

Tal situação foi motivada pela diminuição de **perdas em inventários** (perdas de água) com redução em cerca de 59 mil euros e ainda na rubrica **correções relativas a períodos anteriores** com uma redução de 113 mil euros.

Há ainda a salientar que os **gastos com o pessoal** ascenderam a cerca de 3,590 milhões de euros, tendo um peso de 53% do total dos gastos, registando uma diminuição de 25 mil euros face a 2019.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2020.

Evolução dos Rendimentos

Proveitos	2020	2019	Δ 2019
Impostos, contribuições e taxas	454 874,43	488 137,91	-7%
Vendas	83 859,12	249 564,67	-66%
Prestações de serviços e concessões	263 439,93	411 960,52	-36%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 509 732,08	4 256 871,66	6%
Trabalhos para a própria entidade	5 134,21	13 480,34	-62%
Outros rendimentos	678 411,19	1 231 444,65	-45%
Juros e rendimentos similares obtidos		4 862,99	-100%
Total de Proveitos	5 995 450,96	6 656 322,74	-10%

Os **Rendimentos** que ascenderam a 5,995 milhões de euros, registaram uma diminuição em cerca de 10%, o que representa em termos absolutos uma diminuição em cerca de 661 mil euros.

Para tal contribuíram praticamente todas as rubricas, à exceção da rubrica **Transferências e subsídios correntes obtidos** com o valor de 4,510 milhões de euros, registando um aumento de 6%, o que equivale ao valor de 253 mil euros.

Assim a rubrica que mais contribuiu para a variação negativa foi **outros rendimentos** com redução no valor de 553 mil euros, motivado, como já foi dito anteriormente, pela alteração contabilística, em que os rendimentos referentes ao **FEF Capital** e no **âmbito do nº 3, do Artigo 35.º da Lei nº 73/2013**, passaram a ser contabilizados no **património líquido**. De referir novamente, que o valor em causa ascende a 711 mil euros.

Destaca-se ainda a redução referente a **vendas e prestações de serviços e concessões**, no valor de 166 mil euros e 149 mil euros respetivamente, motivado pela concessão dos serviços de abastecimento de águas, saneamento e resíduos sólidos, e ainda pela isenção de tarifas aos consumidores não domésticos no período de março a maio de 2020.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	62%	80%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1,62	3,92
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,43	0,67
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	0,41	0,64
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,04	0,18
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-8%	-0,2%

2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

Contudo e no âmbito do regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nos termos do artigo 7º da Lei nº 6/2020 de 10 de abril na sua atual redação, para o ano de 2020 o **equilíbrio orçamental não se aplica**.

2.5. Endividamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei 35/2020, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2020 do Município de Sardoaal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2020, não excede o limite de endividamento.

Apuramento do limite da Dívida Total para 2020	
1. Total receita cobrada nos 3 últimos anos	16 431 070,15 €
2. Média da receita	5 477 023,38 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	8 215 535,08 €
Apuramento da Dívida Total	
4. Dívida total operações orçamentais do Município (desagregar por contas patrimoniais)	
Passivo não corrente	3 014 098,71 €
Passivo corrente	2 026 383,67 €
5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	8 669,58 €
Valnor, S.A	119 351,15 €
6. Exclusões	
Emprestimo Excecionado (artigos 82º e 102º OE 2017 e 2018)	-864 174,01 €
Fundo de Apoio Municipal	-9 727,00 €
Operações de Tesouraria	-71 953,10 €
7. Dívida Total a 31/12/2020 excluindo operações extraorçamentais	4 222 649,00 €
Apuramento da Capacidade de Endividamento	
8. Limite da dívida total da autarquia calculado a 01/01/2020	8 215 535,08 €
9. Montante da Dívida Total em 01/01/2020 (excluindo operações extraorçamentais)	3 715 437,00 €
10. Margem Absoluta	4 500 098,08 €
11. Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do art.º 52º)	
12. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	110 340,83 €
13. Margem efetivamente disponível para endividamento	3 882 545,24 €

2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total em 2020 ascende a 5,041 milhões de euros, registando um aumento de 342 mil euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 3,014 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 2,027 milhões de euros, tendo os mesmos registado aumentos no valor de 233 mil euros e 109 mil euros respetivamente.

Evolução da dívida global

Dívida Total	2020	2019	Diferença	? 2019
Financiamentos obtidos	2 714 629,02	2 543 434,72	171 194,30	7%
Fornecedores	227 653,83	200 764,37	26 889,46	13%
Outras contas a pagar	71 815,86	37 125,84	34 690,02	93%
Passivo não Corrente	3 014 098,71	2 781 324,93	232 773,78	8%
Credores por transferências e subsídios não rec	78 263,13	118 469,62	-40 206,49	-34%
Fornecedores.	391 669,17	904 130,10	-512 460,93	-57%
Estado e outros entes públicos.	243 878,23	129 135,11	114 743,12	89%
Financiamentos obtidos.	375 754,01	591 221,44	-215 467,43	-36%
Fornecedores de investimentos	912 900,73	141 616,79	771 283,94	545%
Outras contas a pagar.	24 134,89	33 111,54	-8 976,65	-27%
Passivo Corrente	2 026 600,16	1 917 684,60	108 915,56	6%
Dívida Total	5 040 698,87	4 699 009,53	341 689,34	7%

Analisando individualmente as rubricas do **Passivo não corrente**, verifica-se todas elas sofreram aumentos sendo que a rubrica **Financiamentos obtidos** aumentou em cerca de 171 mil euros. Relacionado com este aumento está o empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, para financiamento de várias obras, nomeadamente empreitadas de, Santiago Montalegre, Piscina Descoberta.

A rubrica **Fornecedores** regista o valor de 228 mil euros e refere-se ao plano de pagamento acordado com a empresa Águas de Vale do Tejo, S.A.

A rubrica **Outras contas a pagar** com o valor de 72 mil euros, registada um aumento de 35 mil euros face a 2019. Este valor refere-se principalmente a cauções que os empreiteiros têm que entregar ao Município no âmbito das empreitadas.

Em relação ao **Passivo Corrente** verifica-se que a rubrica **Fornecedores de investimentos** aumentou em cerca de 771 mil euros. Este valor é essencialmente referente a despesas relacionadas com empreitada e apetrechamento da obra de requalificação da escola EB 2,3 e Secundária de Sardoal, a saber:

- Empreitada e Fiscalização: 615 mil euros
- Apetrechamento: 145 mil euros

totalizando o valor de 760 mil euros.

Em sentido contrário verifica-se que, a rubrica **Fornecedores**, com o valor de 392 mil euros registou uma diminuição de 512 mil euros.

2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho n° 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2020, o mesmo registava um prazo de 97 dias contra os 89 dias registados em 31 dezembro de 2019.

No quadro abaixo, apresentamos o cálculo do mesmo.

Cálculo do Prazo médio de Pagamentos

Descrição	1T	2T	3T	4T
Fornecedores	968 317,46	761 460,28	522 177,64	619 323,00
Fornecedores MLP (AVT)	-200 764,37	-200 764,37	-200 764,37	-227 653,83
Fornecedores de investimentos c/c	213 172,32	541 765,60	972 913,71	878 035,68
Outras entidades	3 230,73	8 727,27	3 430,56	9 362,68
Total da Dívida	983 956,14	1 111 188,78	1 297 757,54	1 279 067,53
Compras	9 899,06	10 149,68	10 880,73	8 552,16
Fornecimentos e serviços externos	310 622,03	270 491,41	224 825,46	298 367,78
Ativos Tangíveis	305 893,45	803 254,83	1 213 706,44	1 396 656,72
Total das aquisições	626 414,54	1 083 895,92	1 449 412,63	1 703 576,66
Factor [91,25]	143	94	82	69
PMP			97	

3. Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão, nos dias de hoje, passa a ter uma extrema importância, uma vez que permite às entidades maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal completa a contabilidade orçamental e contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular. Apesar desta exigência, mas devido ao ano atípico, não foi ainda implementado um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos, também alocasse as respetivas receitas aos centros de custos e às funções respetivas, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos

3.1. Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP.

Assim, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planear a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando, deste modo, obter

informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenções: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e na prossecução das suas atribuições.

Da análise do mapa seguinte, cujos custos se encontram desagregados por funções, podemos destacar o peso de 31% das **Funções Gerais**, sendo que este grupo abrange os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio (área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos), bem como os serviços de Proteção Civil e luta contra incêndios, totalizando a despesa o valor de 947 mil euros.

As **Funções Sociais** representam cerca 3,554 milhões de euros, correspondendo a 53% dos custos do município.

No âmbito das **Funções Económicas**, que registam 798 mil de euros, destacamos as rubricas dos transportes rodoviários e da indústria e energia que totalizam 9% do total das despesas desta função.

Gastos por Funções

Função	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Funções	Total dos Custos	Execução
Funções Gerais		757.532,98	266.743,42	1.053.828,11	2.078.104,51	31%
111	Administração Geral	465.742,37	193.788,64	471.688,71	1.131.219,72	17%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	291.790,61	72.954,78	582.139,40	946.884,79	14%
Funções Sociais		1.131.300,74	358.373,13	2.054.403,55	3.544.077,42	53%
211	Ensino Não Superior	73.245,14	48.241,43	194.737,65	316.224,22	5%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	448.604,13	0,00	578.945,61	1.027.549,74	15%
221	Serviços Individuais de Saúde	58.072,32	0,00	95.516,15	153.588,47	2%
231	Segurança Social	316,25	272.922,65	212.023,89	485.262,79	7%
232	Ação Social	58.765,35	1.614,75	93.025,34	153.405,44	2%
241	Habituação	23.616,00	0,00	37.845,48	61.461,48	1%
242	Ordenamento do Território	9.554,45	0,00	16.449,89	26.004,34	0%
243	Saneamento	61.104,91	0,00	110.606,39	171.711,30	3%
244	Abastecimento de Água	111.852,39	0,00	197.172,24	309.024,63	5%
245	Resíduos Sólidos	115.562,30	0,00	186.266,31	301.828,61	4%
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	16.284,09	0,00	25.278,04	41.562,13	1%
251	Cultura	96.329,72	25.839,70	194.285,58	316.455,00	5%
252	Desporto, Recreio e Lazer	57.993,69	9.754,60	112.250,97	179.999,26	3%
Funções Económicas		298.070,69	10.277,95	489.192,46	797.541,10	12%
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	222,26	0,00	365,88	588,14	0%
320	Indústria e Energia	141.248,47	0,00	218.794,29	360.042,76	5%
331	Transportes Rodoviários	111.710,17	0,00	182.179,26	293.889,43	4%
332	Transportes Aéreos	277,27	0,00	351,04	628,31	0%
341	Mercados e Férias	495,62	0,00	779,79	1.275,41	0%
342	Turismo	35.233,98	1.951,79	60.133,28	97.319,05	1%
350	Outras Funções Económicas	8.882,92	8.326,16	26.588,92	43.798,00	1%
Outras Funções		72.667,80	71.888,11	159.718,45	304.274,36	5%
420	Transferências Entre Administrações	72.667,80	0,00	108.304,94	180.972,74	3%
430	Diversas Não Especificadas	0,00	71.888,11	51.413,52	123.301,63	2%
Sub-Total		2.259.572,21	707.282,61	3.757.142,58	6.723.997,40	100%

3.2 COVID-19 - Despesas vs receita não arrecadada

A pandemia COVID-19 gerou uma situação de emergência de saúde pública que atingiu de forma repentina e sem precedentes todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excepcionais para fazer face à situação epidemiológica e suas consequências.

O Município de Sardeal, consciente dos desafios, desenvolveu ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias.

Assim no mapa abaixo podemos verificar quais os custos que o Município teve que suportar bem como as receitas que deixou de arrecadar.

Gastos COVID-19 versus receita não cobrada

Despesas	Valor
Aquisição de Bens e Serviços - Saúde	56 706,80
Aquisição de Bens e Serviços - Apoios Sociais	5 664,00
Aquisição de Bens e Serviços - Educação	5 279,03
Transferências Correntes - Instituições Sem Fins Lucrativos e Famílias	61 055,80
Investimentos - Saúde	3 506,73
Total de Despesas	132 212,36
Previsões de Redução de Receitas	Valor
IMT	7 571,00
Taxas, Licenças, Multas ou Outras Penalidades em Loteamentos e Obras Particulares	1 275,00
Taxas, Licenças, Multas ou Outras Penalidades por ocupação da via pública, publicidade, mercados e feiras e outras	767,00
Vendas de bens e serviços, incluindo fornecimento de água, recolha e tratamento de esgotos, recolha de lixo e outras -	85 163,00
Outras reduções de receitas	2 085,00
Total de Redução de Receitas	96 861,00
Impacto Total	229 073,36

Como podemos verificar o Município de Sardeal, no ano de 2020 teve que suportar custos que ascenderam a 132 mil euros. Deixou ainda de arrecadar verba, cuja previsão ascende 97 mil euros.

Assim podemos concluir que o resultado líquido do período foi afetado no seu valor, em 229 mil euros referente à pandemia COVID-19.

4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na

redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de Sardoal à data de 31 dezembro de 2020, não apresentou pagamentos em atraso.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 727.561,22 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

Capítulo III – Reporting de atividades

As atividades desenvolvidas e o seu reflexo financeiro e económico em todo o ano de 2020, não podem, de modo algum, deixar de estar associadas à situação pandémica que nos assolou. No entanto, apesar das adversidades encontradas, não deixámos de realizar o que, de todo, seria fundamental e indispensável, não só no presente, mas para o futuro da nossa comunidade. O mundo não parou, desviou o seu enfoque para algo que não estaríamos à espera nem preparados para tal, mas preparámo-nos e estamos em condições de afirmar que estivemos à altura deste impensável desafio onde ninguém ficou para trás, onde demos especial atenção aos mais necessitados, muitos deles fruto da pandemia, aos mais idosos, às franjas mais vulneráveis e mais expostas aos perigos e fragilidades provocadas pela pandemia.

O reflexo da situação económica e financeira decorre de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, por execução de ações inscritas nas Grandes Opções do Plano bem como da utilização de dotações corrigidas em orçamento.

A caracterização daquelas atividades numa perspetiva funcional, mostra que em 2020, apesar das contrariedades anteriormente referidas, deu-se continuidade ou concretizou-se o seguinte, no âmbito:

1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Garantimos o funcionamento dos diversos serviços do Município, apesar de condicionados no atendimento ao público de forma presencial e pelo teletrabalho,

- nomeadamente nos serviços administrativos, financeiros, fiscalização e de obras, consubstanciando-se os mesmos na aquisição de equipamento administrativo, software e equipamento informático e de comunicações,
- ✓ Em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, valorizámos as carreiras dos nossos profissionais através do Programa de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências);
 - ✓ Em articulação com outras entidades, com maior incidência na CIMT, valorizámos os nossos Recursos Humanos através de diferentes ações de formação;
 - ✓ Também em estreita colaboração do Instituto de Emprego e Formação Profissional foi instalado um Posto de Atendimento deste organismo estatal, na nossa Loja do Cidadão;
 - ✓ Foi Instalado na Loja do Cidadão do Gabinete de Apoio ao Emigrante;
 - ✓ Implementação da aplicação Muni Sardeal;
 - ✓ Desenvolvemos vários procedimentos no âmbito da Descentralização de competências.
 - ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública:**
 - Realizámos reparações nos edifícios, em viaturas e foram adquiridos alguns equipamentos, promovendo a melhoria da capacidade de resposta e proteção dos operacionais;
 - Demos continuidade ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e da equipa de Sapadores Florestais, que beneficiam de subvenção por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e que no decurso das suas atividades, desenvolveu e acompanhou a execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e do Plano Operacional Municipal;
 - Continuámos a requalificar caminhos florestais numa lógica de prevenção e combate a incêndios florestais, bem como para permitir o usufruto das propriedades agro-florestais por parte dos seus proprietários;
 - Foram executadas diversas faixas de gestão de combustíveis, no âmbito do PMDFCI, tanto na rede primária como na rede secundária;
 - Através do Corpo de Bombeiros Municipais de Sardeal garantimos todas as ações de proteção e socorro da população, bens e ambiente, enfrentando uma nova e dura realidade chamada pandemia COVID-19 que obrigou a novos procedimentos de proteção e segurança;
 - Prestámos apoio, em diversos níveis, a todas as Entidades com responsabilidade na área da prevenção, fiscalização, proteção e socorro, ressaltando-se o ICNF, GNR, ANEPC e INEM;

- Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, em parceria com o IPDJ;

1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**,

- ✓ A pandemia teve um forte impacto com, por exemplo, a obrigatoriedade das aulas on-line onde houve necessidade de apoiar os alunos com maiores dificuldades de acesso à Internet tanto por falta de rede como de equipamento informático. Conseguimos ultrapassar todos os constrangimentos, em estreita articulação com a direção do Agrupamento de Escolas, reduzindo o impacto negativo na sua quase totalidade não só nas aulas on-line como também nas respostas fundamentais nas aulas presenciais com desfasamento de horários;
- ✓ Continuámos com a promoção de mais e melhores condições em termos de infraestruturas e equipamentos do Agrupamento de Escolas do Sardeal;
 - Continuámos a assegurar o circuito de transporte escolar através de viaturas do Município e também da Empresa Rodoviária do Tejo, S.A nos termos do contrato celebrado pela CIMT no âmbito da transferência de competência, delegando na CIMT como autoridade de transportes de acordo com o contrato celebrado com o Município; adequando-os ao desfasamento de horários das aulas presenciais, aumentando os circuitos;
 - Continuámos com os programas da componente de apoio à família (CAF) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), também, quando foi necessário e possível em modo on-line;
 - Reapetrechámos as Escolas e Jardins de Infância com material didático e equipamento informático;
 - Na Biblioteca do Município demos continuidade às atividades já desenvolvidas em anos anteriores (aquisição de obras literárias no âmbito do Plano Nacional de Leitura), adaptando as respostas enquadradas na situação que atravessámos ao longo de quase todo o ano com “O Livro à Janela”;
 - Demos continuidade aos protocolos com o Agrupamento de Escolas de Sardeal, nomeadamente o complemento de apoio às atividades extracurriculares (AEC) no 1º Ciclo;
 - Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo;
 - Demos continuidade à obra da empreitada referente à qualificação da Escola EB 2, 3 e Secundária de Sardeal;
 - No final do ano concentrámos muitas das nossas disponibilidades na transferência da escola antiga para o edifício novo para que no início do ano civil seguinte as aulas começassem já nesse edifício;

- Demos continuidade à nossa participação na Rede de Escolas de Excelência;
- Instalação da Creche Municipal – como resposta a esta carência no nosso Concelho, foi necessária a instalação desta valência na área educativa com a aquisição de diversos equipamentos.
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
 - Ao nível da **Educação:**
 - Continuámos com o Programa da Fruta Escolar, com expansão ao pré-escolar, com financiamento exclusivo da Autarquia;
 - Mantivemos o reforço na atribuição dos auxílios económicos;
 - Continuámos com o Programa de Generalização das Refeições Escolares;
 - Continuámos com atribuição de refeições escolares gratuitas a todas as crianças até final do 2º ciclo;
 - Fornecemos refeições a todos os alunos ou encarregados de educação que tenham solicitado mesmo em tempo de aulas on-line;
 - Disponibilizámos computadores portáteis e tablets assim como acessibilidade à internet para apoio a aulas on-line;
 - Desenvolvemos atividades de tempos livres no período de interrupção letiva no verão;
 - Continuámos com a atribuição Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o ensino superior, incluindo cursos TESP;
 - Demos continuidade à implementação do Projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, nomeadamente através da Educação pela Arte com os alunos do 1º Ciclo do Agrupamento;
 - Implementação do Programa de Voluntariado “Apoio Maior” em parceria com o IPDJ.
 - Ao nível da **Habitação:**
 - Continuámos com o processo de atribuição, transferências de Habitação, Atualização de Rendas/Cálculo de Rendas;
 - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais;
 - Demos início à elaboração Estratégia Local de Habitação;
 - Assegurámos o atendimento diário aos Munícipes;
 - Reforçámos a atividade na Loja Social;
 - Continuámos a ser parceiros no Projeto de Intervenção Precoce;
 - Colaborámos no processo de atribuição do Rendimento Social de Inserção;

- Dinamizámos a Rede Social, através do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social;
 - Colaborámos no preenchimento da base de dados concelhia, no âmbito do Programa Rede Social;
 - Canalizámos muitos dos nossos esforços em diferentes ações da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal;
 - Continuámos a atribuir incentivos à Natalidade;
 - Demos continuidade à Universidade Sénior, nas suas diferentes atividades;
 - Demos continuidade ao Protocolo com Associação Dignidade no âmbito Programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento);
 - Reunimos com o Ministro Conselheiro da Embaixada da Tailândia no âmbito da sua visita à empresa Buijnink Internacional na procura de formas de integração da comunidade tailandesa a residir no nosso Concelho;
 - Foi prestado um considerável apoio em termos técnicos e de na redução da despesa como por exemplo na aquisição de EPIs e isenção das tarifas de água, saneamento e resíduos.
- ✓ Relativamente ao **Abastecimento de Água e Saneamento**:
- Há a referir o facto de, a partir do dia 1 de junho de 2020, muitos dos serviços nesta área passaram a ser da responsabilidade da empresa Intermunicipal Tejo Ambiente, EIM, S.A.
- ✓ Fizemos algumas reparações/manutenções em toda a rede;
 - ✓ Realizámos diferentes trabalhos de manutenção das ETAR's;
 - ✓ Garantiu-se a recolha e tratamento dos **Resíduos Sólidos Urbanos**, através dos próprios recursos do Município e da Empresa Valnor, S.A;
 - ✓ Continuámos com limpeza de contentores de Resíduos Sólidos Urbanos;
 - ✓ Concluímos os trabalhos referente ao levantamento cadastral das infraestruturas;
 - ✓ Obras de substituição parcial de condutas na Freguesia de Santiago de Montalegre;
 - ✓ Elaboração de diversos projetos de execução para intervenção no Concelho:
 - Ligação do depósito da Cabeça das Mós a Valhascos (abastecimento de água);
 - Ligação do depósito de Carvalhal a São Simão (abastecimento de água);
 - Nova ETAR do Tojalinho;
 - Nova ETAR de Vale das Onegas.
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
- Comemoração da data de 25 de Abril teve um significado especial, perante uma praça vazia, não deixámos de, simbolicamente hastear as bandeiras ao som do Hino Nacional;

- Boletim Municipal “Sardoal em Casa” não quisemos deixar de ir ao encontro dos que poderão estar mais distantes através da edição digital do Boletim Municipal;
 - Festival Internacional de Piano teve a sua realização, com bastante sucesso, em modo on-line;
 - Concurso de Expressão Artística (Biblioteca Municipal);
 - Demos início à implementação dos projetos CIA (Cidadania Informada Ativa) no âmbito do programa PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas) da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.
- ✓ No âmbito do **Turismo**, como é fácil de concluir, de igual modo com muitas outras áreas de atividade, tivemos de nos adaptar às circunstâncias sendo, por um lado, uma das áreas mais afetadas, por outro não deixou de ser uma oportunidade muito em especial pela dinâmica da Rota da Estrada Nacional 2, assim, apesar de todas as condicionantes:
- Concluámos as obras de requalificação da Capela de N. S^a do Carmo, no âmbito do projeto do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património;
 - Fomos parceiros na construção e dinamização da “Rota Cultural e Etnográfica das Ribeiras da Arecês, Rio Frio e Rio Tejo, uma iniciativa da ACROM – Associação Cultural da Rota das Mouriscas, com os Municípios de Abrantes e Mação;
 - Representação do Município no VIII Workshops Internacional Religioso em Fátima;
 - Colocação de marcos quilométricos e hectométricos na Estrada Nacional N^o2;
 - Participámos no concurso 7 Maravilhas da Cultura Popular com as “Capelas Enfeitadas com Tapetes de Flores”;
 - Atribuição dos selos “Clean & Safe” ao Espaço Cá da Terra e ao Posto de Turismo;
 - Colocação de marco comemorativo dos 75 anos da Estrada Nacional n^o2;
 - Processo de capacitação de agentes da Rota da Estrada Nacional N^o2.
- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
- Realizámos trabalhos de manutenção no complexo desportivo;
 - Realizámos trabalhos de manutenção nos percursos pedestres;
 - Assegurámos a realização das atividades de aprendizagem e desenvolvimento da modalidade desportiva de natação e hidroginástica;

- Realizámos trabalhos de manutenção das infraestruturas e equipamentos na Área de Lazer da Lapa;
 - Realizámos trabalhos de manutenção da Área de Lazer da Rosa Mana;
 - Continuámos com a colaboração na dinamização e promoção da Rota da N2;
 - Demos continuidade a requalificação da Piscina Descoberta no âmbito do Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais.
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
- Promovemos atividades de voluntariado no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
 - Demos continuidade aos trabalhos de manutenção dos 4 cemitérios propriedade do Município (Sardoal, Cabeça das Mós, Andreus e S. Simão);
 - Participámos na requalificação do Canil/Gatil Intermunicipal, uma parceria com os municípios de Abrantes e Constância;
 - Aquisição de caixotes do lixo com beateiras e dispensador de sacos de plástico na Vila e em outras localidades do Concelho.
- ✓ Analisámos as candidaturas e demos diferentes apoios, às coletividades do Concelho, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

1.3 Das Funções Económicas

- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia:**
- Em conjunto com a EDP, demos continuidade a ampliação e racionalização da rede de Iluminação Pública com a substituição de luminárias para tecnologia LED;
 - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21.
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações:**
- Desenvolvemos diversas ações de urbanização e de melhoria dos arruamentos, vias de comunicação e sinalética;
 - Substituímos diversa sinalização vertical degradada em diversos pontos do Concelho;
 - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
 - Desenvolvemos esforços junto das autoridades competentes, Governo e operadoras na área das comunicações, no sentido de vermos melhorado o acesso à rede móvel e à internet;
 - Obras de reparação nas vias de comunicação tais como muros de suporte e passagens hidráulicas;

- Pavimentação de arruamentos na Freguesia de Santiago de Montalegre, Colocação de sinalização vertical e horizontal nas localidades de Andreus, Valhascos e Sardoal;
- Colocação de sinalização luminosa em Andreus e Sardoal (junto ao Complexo Desportivo e na Rua do Freião);
- Substituição de abrigos de passageiros.
- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshops dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Realizámos a iniciativa de mostra de Árvores de Natal em parceria com Comércio, serviços e associações do Concelho;
- ✓ Organizámos um sorteio de Natal no comércio e serviços;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Continuámos com a dinamização do espaço EMPREENDE e do espaço ArtOf;
- ✓ Registámos no INPI as marcas Sardoal Terra Pura e Cá da Terra;
- ✓ Projeto de execução e candidatura para a implementação do Parque de Negócios de Andreus;
- ✓ Concluímos o processo de toponímia na Freguesia de Valhascos.

1.4 Das Outras Funções

- ✓ Tal como tem acontecido em anos anteriores, destacamos novamente, a satisfação do serviço da dívida ao longo de 2020, decorrente dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados;
- ✓ Elaborámos e operacionalizámos acordos de execução com as Juntas de Freguesia;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

2. Grandes Opções do Plano

Em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas registaram uma execução de 75% (4,098 milhões de euros).

De referir ainda que a despesa faturada ascendeu a 5,095 milhões de euros, registando uma execução de 93%.

A rubrica **Ensino não superior** foi a que mais contribuiu para a execução total das GOP's, com um peso de 41%, com o valor total de 1,601 milhões de euros, sendo que a mesma teve uma faturação de 2,369 milhões de euros. Os resultados em causa foram essencialmente relacionados com a obra e apetrechamento da Escola EB 2, 3 e secundária de Sardoal.

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, com valor de 962 mil euros, tendo um peso de 23%.

Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
1 Funções Gerais	355 226,00	181 680,00	150 547,16	83%	118 015,87	65%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	106 233,00	98 222,00	89 783,49	91%	67 529,43	69%
1.1.1 Administração geral	106 233,00	98 222,00	89 783,49	91%	67 529,43	69%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	248 993,00	83 458,00	60 763,67	73%	50 486,44	60%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	248 993,00	83 458,00	60 763,67	73%	50 486,44	60%
2 Funções Sociais	5 493 854,00	3 491 969,00	3 257 206,84	93%	2 417 874,76	69%
2.1.0 Educação	4 203 410,00	2 649 024,00	2 492 236,62	94%	1 674 040,25	63%
2.1.1 Ensino não superior	4 096 867,00	2 520 606,00	2 369 148,97	94%	1 601 353,71	64%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	106 543,00	128 418,00	123 087,65	96%	72 686,54	57%
2.2.0 Saude	48 500,00					
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	37 932,00	43 922,00	43 163,03	98%	41 973,03	96%
2.3.2 Acção social	37 932,00	43 922,00	43 163,03	98%	41 973,03	96%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	252 470,00	215 456,00	174 512,28	81%	173 687,90	81%
2.4.1 Habitação						
2.4.2 Ordenamento do território	79 630,00	48 826,00	28 123,39	58%	28 123,39	58%
2.4.3 Saneamento	39 164,00	39 164,00	38 767,14	99%	38 767,14	99%
2.4.4 Abastecimento de água	97 306,00	95 746,00	85 744,09	90%	85 744,09	90%
2.4.5 Resíduos sólidos	4 970,00	22 470,00	21 065,16	94%	20 240,78	90%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	31 400,00	9 250,00	812,50	9%	812,50	9%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religio!	951 542,00	583 567,00	547 294,91	94%	528 173,58	91%
2.5.1 Cultura	510 007,00	150 926,00	137 178,72	91%	118 478,15	79%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	441 535,00	432 641,00	410 116,19	95%	409 695,43	95%
3 Funções Económicas	1 114 373,00	614 636,00	579 684,63	94%	490 384,76	80%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pesc	222 017,00	125 608,00	125 607,35	100%	125 607,35	100%
3.2.0 Indústria e Energia	5 277,00	54 347,00	51 516,10	95%	976,63	2%
3.3.0 Transportes e Comunicações	470 821,00	292 299,00	270 772,11	93%	256 916,26	88%
3.3.1 Transportes rodoviários	470 821,00	292 299,00	270 772,11	93%	256 916,26	88%
3.4.0 Comércio e Turismo	351 283,00	55 706,00	54 831,12	98%	53 871,72	97%
3.4.1 Mercados e feiras	111 790,00	2 583,00	2 324,70	90%	2 324,70	90%
3.4.2 Turismo	239 493,00	53 123,00	52 506,42	99%	51 547,02	97%
3.5.0 Outras funções económicas	64 975,00	86 676,00	76 957,95	89%	53 012,80	61%
4 Outras Funções	651 599,00	1 167 345,00	1 108 136,76	95%	1 071 661,56	92%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	535 453,00	963 033,00	962 146,21	100%	962 146,21	100%
4.2.0 Transferências entre Administrações	85 535,00	157 841,00	102 783,62	65%	73 033,28	46%
4.3.0 Diversas não especificadas	30 611,00	46 471,00	43 206,93	93%	36 482,07	79%
Total	7 615 052,00	5 455 630,00	5 095 575,39	93%	4 097 936,95	75%

Comparando agora com o mesmo período homólogo no ano de 2019, verifica-se que as GOP'S registaram um aumento de 836 mil euros, o que corresponde a 26%.

Para o referido resultado, o PPI contribuiu com um aumento no valor de 1,045 milhões de euros, sendo que, as Atividades Mais Relevantes (AMR) registaram uma redução de 209 mil euros.

Podemos ainda verificar que as Funções sociais e económicas registaram aumentos na ordem dos 66% e 82%, respetivamente, face ao ano de 2019. Já as funções Gerais e Outras registaram variações negativas, 49% e 18% respetivamente, face ao ano de 2019.

Abaixo apresenta-se um quadro com os valores registados em 2019 e 2020.

Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2019
	2 019		2 020				
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	Peso	
1 Funções Gerais	165 062,95	66 043,00	80 563,87	37 452,00	118 015,87	3%	-49%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	112 150,39	48 043,00	48 077,43	19 452,00	67 529,43	2%	-58%
1.1.1 Administração geral	112 150,39	48 043,00	48 077,43	19 452,00	67 529,43	2%	-58%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	52 912,56	18 000,00	32 486,44	18 000,00	50 486,44	1%	-29%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	52 912,56	18 000,00	32 486,44	18 000,00	50 486,44	1%	-29%
2 Funções Sociais	1 119 872,42	333 509,83	2 163 834,57	254 040,19	2 417 874,76	59%	66%
2.1.0 Educação	991 995,16	142 846,99	1 589 413,95	84 626,30	1 674 040,25	41%	48%
2.1.1 Ensino não superior	980 140,28	69 447,82	1 578 488,20	22 865,51	1 601 353,71	39%	53%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	11 854,88	73 399,17	10 925,75	61 760,79	72 686,54	2%	-15%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	610,46	23 200,00	329,03	41 644,00	41 973,03	1%	76%
2.3.2 Acção social	610,46	23 200,00	329,03	41 644,00	41 973,03	1%	76%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	36 698,40	7 700,00	172 987,90	700,00	173 687,90	4%	291%
2.4.1 Habitação							
2.4.2 Ordenamento do território	10 924,47		28 123,39		28 123,39	1%	157%
2.4.3 Saneamento			38 767,14		38 767,14	1%	
2.4.4 Abastecimento de água	19 251,73		85 744,09		85 744,09	2%	345%
2.4.5 Resíduos sólidos	6 020,48		20 240,78		20 240,78	0%	236%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	501,72	7 700,00	112,50	700,00	812,50	0%	-90%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Recreação	90 568,40	159 762,84	401 103,69	127 069,89	528 173,58	13%	111%
2.5.1 Cultura	13 888,47	129 240,51	22 393,58	96 084,57	118 478,15	3%	-17%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	76 679,93	30 522,33	378 710,11	30 985,32	409 695,43	10%	282%
3 Funções Económicas	243 140,86	26 352,57	311 764,61	178 620,15	490 384,76	12%	82%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pescaria	69 275,37			125 607,35	125 607,35	3%	81%
3.2.0 Indústria e Energia	690,65		976,63		976,63	0%	41%
3.3.0 Transportes e Comunicações	50 188,50		256 916,26		256 916,26	6%	412%
3.3.1 Transportes rodoviários	50 188,50		256 916,26		256 916,26	6%	412%
3.4.0 Comércio e Turismo	113 023,34	4,92	53 871,72		53 871,72	1%	-52%
3.4.1 Mercados e feiras			2 324,70		2 324,70	0%	
3.4.2 Turismo	113 023,34	4,92	51 547,02		51 547,02	1%	-54%
3.5.0 Outras funções económicas	9 963,00	26 347,65		53 012,80	53 012,80	1%	46%
4 Outras Funções	20 047,10	1 287 898,47	36 482,07	1 035 179,49	1 071 661,56	26%	-18%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		1 233 336,38		962 146,21	962 146,21	23%	-22%
4.2.0 Transferências entre Administrações Locais		54 562,09		73 033,28	73 033,28	2%	34%
4.3.0 Diversas não especificadas	20 047,10		36 482,07		36 482,07	1%	82%
Total	1 548 123,33	1 713 803,87	2 592 645,12	1 505 291,83	4 097 936,95	100%	26%
Diferença 2020 - 2019			1 044 521,79	-208 512,04	836 009,75		

3. Principais Medidas Tomadas no âmbito do COVID-19

- ✓ Isenção de pagamento de atividades de Animação e Apoio à Família;
- ✓ Isenção temporária do pagamento de tarifas de água, saneamento e resíduos aos consumidores não domésticos;
- ✓ Prorrogação do prazo de pagamentos – serviços prestados pelo Município;
- ✓ Protocolo Emergência Abem;
- ✓ Realização de testes COVID-19 a funcionários da Autarquia e Juntas de Freguesia;
- ✓ Isenção de taxas de ocupação de espaços públicos para esplanadas;
- ✓ Isenção de taxas para serviço de impressões na biblioteca;
- ✓ Distribuição de EPI`s por diversas entidades do Concelho e comércio local;
- ✓ Desinfeção de diferentes locais no Concelho com o apoio das Juntas de Freguesia;

- ✓ Acompanhamento e apoio ao Agrupamento de Escolas na adaptação às alterações provocadas pela pandemia COVID 19, de acordo com o Plano de Contingência;
- ✓ Confeção e distribuição de refeições aos alunos incluídos no escalão A e B da Ação Social Escolar;
- ✓ Disponibilização de computadores e dispositivos de acesso à internet aos alunos e acompanhamento da implementação dos equipamentos;
- ✓ Adequação da rede de transportes escolares para garantir o início das atividades letivas no primeiro desconfinamento para alunos do 11º e 12º anos;
- ✓ Adequação das Atividades de Animação e Apoio à Família à modalidade de ensino à distância nos Jardins de Infância;
- ✓ Implementação do Concurso de Expressão Artística nas modalidades de escrita criativa e ilustração;
- ✓ Boletim Municipal Digital “O Sardoal em Casa”;
- ✓ Atividades de promoção de leitura em formato digital;
- ✓ Abertura do acesso ao serviço de empréstimos de livros através da modalidade de take-away – “Biblioteca à Janela”;
- ✓ Apoio no transporte de alunos no âmbito da CPCJ para aulas presenciais.

Município de Sardoal, 06 junho de 2021

O Órgão Executivo
